

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS**ORIGEM DA DESPESA:**

Administração

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA.

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO:

Considerando a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento continuado de pessoal, para que se possa prestar um trabalho de qualidade visando o bem público e as atividades da autarquia;

Considerando a aprovação da Reforma da Previdência ocorrida recentemente, é necessário analisar os impactos ao RPPS;

Considerando a necessidade de reformular as leis do Patoprev em função da Reforma aprovada, com algumas regras de aplicação imediata.

Pato Branco, 06 de fevereiro de 2020.

Ademilson Candido Silva

☒ Deferido Data 06/02/20

Autorizo o encaminhamento da solicitação para os devidos trâmites.

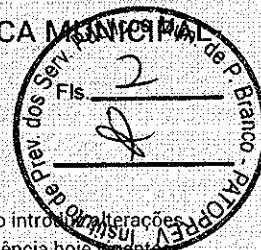
Ademilson Cândido Silva -
Diretor Presidente

☐ Indeferido Data ____/____/____

Motivo:

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

RPPS DOS MUNICÍPIOS



Apresentação

A Reforma da Previdência, Emenda Constitucional nº 103 foi promulgada no dia 12/11/2019 e publicada no dia 13/11/2019. O texto introduziu alterações profundas na Constituição Federal tanto em relação as regras de gestão de pessoas como de gestão de regimes próprios de previdência hoje vigentes, muitas das quais impactantes e de aplicação imediata em âmbito municipal, mesmo antes do referendo integral da Emenda, mediante edição de norma local, exigido para a aplicação, aos servidores municipais, das novas regras de aposentadoria e pensão já delineadas para os servidores federais. Este curso tem como escopo a apresentação das novas regras e a identificação de quais são de aplicação imediata ao Município, bem como o esclarecimento de como pode ocorrer o referendo em relação às demais.

Data / Horário

10 de fevereiro de 2020: das 09h às 12h e das 13h às 17h.

Local

Auditório da sede da DPM Educação, sito na Av. Pernambuco, 1001, Térreo, Bairro Navegantes, em Porto Alegre/RS.

Carga horária

08 horas-aula.

Público Alvo

Prefeitos, Secretários, Assessores e Procuradores Jurídicos, encarregados dos setores de Contabilidade e Recursos Humanos, integrantes do Controle Interno, Gestores e Conselheiros de Regime Próprio de Previdência - RPPS e demais interessados.

Programa

1. Sistemática adotada pela Emenda Constitucional 103/2019 em relação a sua aplicação aos Municípios
2. Cotejo da sistemática da Emenda Constitucional 103/2019 com a pretendida pela PEC 133/2019 (em tramitação no Senado)
3. Identificação dos grupos de dispositivos que tem aplicação imediata no Município, independentemente de referendo, a daqueles que dependem dessa medida
4. Procedimentos exigidos pela Emenda Constitucional 103/2019 para eventual referendo das regras cuja aplicação demanda o referendo do Município
5. Regras de aposentadoria aplicáveis aos servidores no caso de o Município não referendar (ou enquanto não referendar) a Emenda Constitucional 103/2019
6. Regras de aposentadoria aplicáveis aos servidores no caso o Município referendar a Emenda Constitucional 103/2019.
7. Análise pontual das novas regras, com destaque, entre outros, dos seguintes temas:
 - 7.1 Readaptação
 - 7.2 Vinculação de servidores exercentes de mandato eletivo ao regime de origem
 - 7.3 Desligamento do servidor estatutário aposentado pelo RGPS
 - 7.4 Restrição à complementação de proventos e pensões
 - 7.5 Vedação à incorporação de parcelas temporárias na remuneração (gratificações, FG, etc)
 - 7.6 Vedação à instituição de novos RPPS
 - 7.7 Regras para extinção de RPPS existentes
 - 7.8 Possibilidade de adesão à consórcios
 - 7.9 Responsabilidade de quem atua junto aos RPPS
 - 7.10 Vedação ao pagamento de benefícios acessórios pelos RPPS
 - 7.11 Aplicação da alíquota de contribuição definida para a União (majorada para 14%)
 - 7.12 Possibilidade de concessão de empréstimos aos segurados do RPPS
 - 7.13 Restrição de prazos para os parcelamentos (limitados a 60 meses)
 - 7.14 Compensação financeira
 - 7.15 Novas regras para a acumulação de benefícios
 - 7.16 Novo regramento relativo ao abono de permanência.

Professor(a)

Júlio César Fucilini Pause - Advogado, Especialista em Advocacia Municipal, MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, Especializando em Direito Público, Diretor e Consultor Jurídico da Borba Pause & Perin - Advogados e Professor da DPM Educação.

Clientes com contrato de Consultoria

01 a 02 participantes (pagamento na mensalidade)

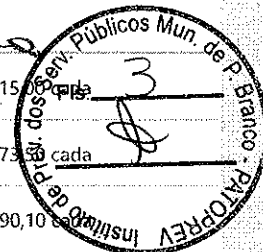
R\$ 415,00 cada

03 ou mais inscritos (pagamento na mensalidade)

R\$ 373,50 cada

Pagamento antecipado por depósito ou boleto bancário. ATÉ 31/01/2020.

R\$ 390,10 cada



Clientes sem contrato de consultoria

→ 01 a 02 participantes

R\$ 622,50 cada

03 ou mais inscritos

R\$ 560,25 cada

Pagamento antecipado por depósito ou boleto bancário. ATÉ 31/01/2020.

R\$ 585,15 cada

Dados para empenho: DPM Educação Ltda., CNPJ 13.021.017/0001-77

Instruções

INSCRIÇÕES

WEB: Clique no botão laranja **INSCREVER-SE**. Caso não possua login e senha de acesso ao site, encaminhar a(s) inscrição(ões) por e-mail ou fax.

E-MAIL: Encaminhar para [cursos@dpmeducacao.com.br](mailto: cursos@dpmeducacao.com.br) mensagem informando município, título do curso desejado, nome completo do(a) inscrito(a) sem abreviaturas, CPF, cargo, e-mail e telefones de contato (profissional e celular).

FAX: Enviar para (51) 3027-3434 a ficha de inscrição disponível em <https://borbapauseperin.adv.br/cursos-inscrever.php> (clique em Download Ficha de Inscrição em Formato Word).

REGISTRAMOS QUE, UMA VEZ FEITA A INSCRIÇÃO, PARA EFEITOS DE COBRANÇA, SO MENTE SERÁ CONSIDERADO O CANCELAMENTO FEITO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 04 (QUATRO) DIAS ÚTEIS DA DATA DO INÍCIO DO CURSO.

DADOS BANCÁRIOS

Pagamentos que forem efetuados por depósito ou transferência bancária deverão ser efetuados na conta corrente nº 06.3244830-9, agência 0100, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL (041) e os respectivos comprovantes encaminhados imediatamente para o e-mail [cursos@dpmeducacao.com.br](mailto: cursos@dpmeducacao.com.br) ou fax (51) 3027-3434, para fins de emissão da nota fiscal eletrônica. **DPM EDUCAÇÃO LTDA., CNPJ 13.021.017/0001-77.**

INFORMAÇÕES

DPM Educação, pelo telefone (51) 3027-3400, e-mail [cursos@dpmeducacao.com.br](mailto: cursos@dpmeducacao.com.br) ou chat online, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Será fornecido certificado de participação, contendo o percentual de frequência efetiva obtido pelo controle de acesso eletrônico.

Instituto de Previdência dos Serv. Público



Unidade Gestora: PATOPREV - Instituto de Previdência

Conta..... =	1526	Credito Orcamentario	1 Ordinario
Orgao..... =	18	INSTITUTO DE PREVIDENCIA PATOPREV	
Unidade Orcamentaria.. =	18.01	PATOPREV	
Funcional..... =	092720059	Previdencia Social	
Projeto/Atividade..... =	2359000	Implantar a sede do "Instituto de Previdencia dos Servidores Publicos Municipais	
Natureza da Despesa... =	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
Fonte de Recursos..... =	1	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	

Saldos de 01/01/2020 ate 03/02/2020 **33.90.39.40 - SERV. DE SELEÇÃO E TREINAMENTO**

Dotacao Inicial..... =	150.000,00
Credito Suplementar..... =	0,00
Reducao Orcamentaria.... =	0,00
Empenhado no Periodo.... =	5.078,23
Liquidado no Periodo.... =	2.978,23
Anulado no Periodo..... =	0,00
Pago no Periodo..... =	651,70
Empenhado ate o Periodo. =	5.078,23
Liquidado ate o Periodo. =	2.978,23
Pago ate o Periodo..... =	651,70
A Pagar Processado..... =	2.326,53
A Pagar nao Processado.. =	2.100,00
Total a Pagar..... =	4.426,53
Saldo Bloqueado..... =	0,00
Saldo Reservado..... =	0,00
Saldo Disponivel..... =	144.921,77

SALDO UTILIZADO

R\$ 2.070,00

BRUNO ANDRE NUNES DA SILVA

CRC PR 075717/O-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DPM EDUCACAO LTDA
CNPJ: 13.021.017/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:30:32 do dia 22/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/07/2020.

Código de controle da certidão: **785C.157C.761F.6E41**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL



Certidão de Situação Fiscal nº 0014521280

Identificação do titular da certidão:

Nome: **DPM EDUCACAO LTDA**
Endereço: **AV PERNAMBUCO, 1001**
NAVEGANTES, PORTO ALEGRE - RS
CNPJ: **13.021.017/0001-77**

Certificamos que, aos **06** dias do mês de **FEVEREIRO** do ano de **2020**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 5/4/2020.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 0024246411

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



**CERTIDÃO GERAL POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS,
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Esta certidão é válida até: **07/03/2020**

Nome: DPM EDUCACAO LTDA

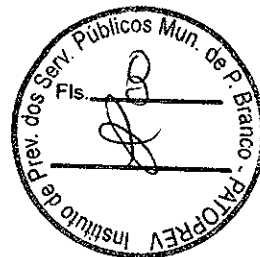
CNPJ: 13.021.017/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos tributários que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado, somente constam débitos não vencidos, vencidos com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN) ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, lançados até 31 de janeiro de 2020.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Certidão emitida em 06/02/2020 às 16:18:00, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 01/2019.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 13.021.017/0001-77** e o código de autenticidade **CB574C1A38B3**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.021.017/0001-77

Razão Social: DPM EDUCACAO LTDA

Endereço: AV PERNAMBUCO 1001 / NAVEGANTES / PORTO ALEGRE / RS / 90240-004

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

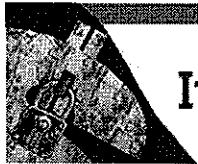
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/01/2020 a 22/02/2020

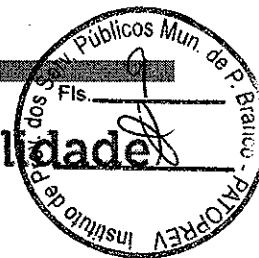
Certificação Número: 2020012404022799682191

Informação obtida em 06/02/2020 16:18:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



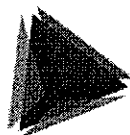
Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/02/2020 às 16:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 13.021.017/0001-77.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E3C.66AB.8213.0747 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

Pesquisa Impedidos de Licitar

Fornecedor	
Tipo documento	<input type="text" value="CNPJ"/>
Número documento	<input type="text" value="13021017000177"/>
Nome	<input type="text"/>
Período publicação : de	<input type="text"/>
	até <input type="text"/>
Data de Início Impedimento: de	<input type="text"/>
	até <input type="text"/>
Data de Fim Impedimento: de	<input type="text"/>
	até <input type="text"/>

Pesquisar

NENHUM ITEM ENCONTRADO PARA O CNPJ: 13021017000177!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/02/2020 17:19:38

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DPM EDUCACAO LTDA**
CNPJ: **13.021.017/0001-77**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DPM EDUCACAO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.021.017/0001-77

Certidão nº: 3583816/2020

Expedição: 06/02/2020, às 16:17:42

Validade: 03/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e D P M E D U C A C A O L T D A
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
13.021.017/0001-77, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

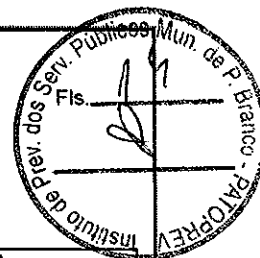
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.021.017/0001-77 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/12/2010
NOME EMPRESARIAL DPM EDUCACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PERNANBUCO	NÚMERO 1001	COMPLEMENTO *****
CEP 90.240-004	BAIRRO/DISTRITO NAVEGANTES	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE
UF RS		
ENDEREÇO ELETRÔNICO EZA@EZACONTABILIDADE.COM.BR		TELEFONE (51) 3635-1365/ (51) 3635-1365
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/12/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/02/2020 às 16:15:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

À Comissão de Licitação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV

PARECER JURÍDICO

À apreciação referente Processo Licitatório nº 08/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020, inerente à contratação de serviços de capacitação em curso para aperfeiçoamento do Sr. Ademilson Candido da Silva no evento 'REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – RPPS DOS MUNICÍPIOS'', a ser realizado na cidade de Porto Alegre/RS, na data de 10 de fevereiro de 2020.

Consta a justificativa da contratação, a qual demonstra se tratar de situação amparada pelo que dispõe o inciso VI do artigo 13 e o inciso II, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Consta no Processo de Inexigibilidade de Licitação, demonstração do: objeto, da proposta, do executor, da razão da escolha, do valor, da regularidade fiscal, indicação dos recursos e termo de ratificação assinado pelo Presidente do Instituto (PATOPREV).

Consta informação da quanto a existência de recursos orçamentários na fonte Recursos do Tesouro – Descentralizados na categoria Funcional Programática 3.3.90.39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento, para assegurar o pagamento das obrigações.

Consta deferimento do Sr. Presidente do PATOPREV para a contratação do objeto.

Juntou-se comprovante de Inscrição Cadastral da Pessoa Jurídica CNPJ 13.021.017/0001-77 – DPM EDUCAÇÃO LTDA, além das certidões de regularidade de referida empresa, tais como: FGTS, Federal e Trabalhista.

Ficou demonstrado e comprovado no processo administrativo licitatório a inexigibilidade da licitação devido à inviabilidade de competição, preenchendo assim os requisitos constantes no artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse

público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei n.º 8.666/1993.

Excepcionalmente, diante de situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 25 da Lei n.º 8.666/93, autorizando à Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

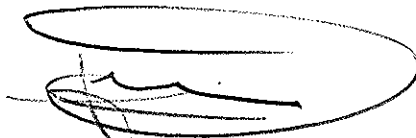
Desse modo, frise-se, apesar de ser inexigível o processo de licitação propriamente dito, a Administração não está totalmente livre para a escolha do contratado, devendo haver um mínimo de formalidade para possibilitar a aferição dos requisitos, os quais devem estar prontamente evidenciados no bojo do processo de inexigibilidade.

Da análise da documentação apresentada, tem-se que a inexigibilidade de licitação preenche os requisitos exigidos pela legislação regente, conforme dispõe o inciso VI do artigo 13 e o inciso II, do artigo 25 da Lei no 8.666/93.

Isto posto, este Procurador entende não haver óbice à inexigibilidade de licitação no presente caso, podendo o processo seguir o trâmite nos termos propostos.

É O PARECER, salvo melhor juízo.

Pato Branco, 06 de fevereiro de 2020.



Vanderlei Ribeiro da Silva
Procurador - Portaria nº 01/2020
OAB/PR 62.881

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 08/2020, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020

OBJETO: Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA.

CONTRATADA: DPM EDUCACAO LTDA
CNPJ nº 13.021.017/0001-77

Em atendimento a requisição, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.666/1993, apresentamos as justificativas para o enquadramento da presente contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação.

CONSIDERANDO o caput e o inciso II do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

CONSIDERANDO o inciso VI do art. 13 da Lei Federal nº 8.666/1993:

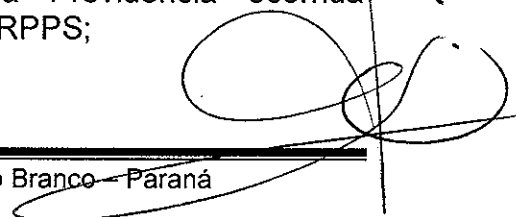
Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento continuado de pessoal, para que se possa prestar um trabalho de qualidade visando o bem público e as atividades da autarquia;

CONSIDERANDO a aprovação da Reforma da Previdência ocorrida recentemente, é necessário analisar os impactos ao RPPS;



CONSIDERANDO que a inscrição no evento é aberta a quaisquer interessados, que o valor cobrado é amplamente divulgado e é o mesmo para todos os interessados, que justifica que este é o preço praticado pela CONTRATADA no mercado; e

CONSIDERANDO o atendimento aos princípios e normas legais, justifica-se a presente inexigibilidade.

CONSIDERANDO que há dotação orçamentária disponível.

1. DAS PARTES

- 1.1. CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.731.795/0001-79, com sede e foro na Rua Tapajós, 64, Bairro Centro, CEP 85.501-045, Município de Pato Branco, Estado do Paraná.
- 1.2. CONTRATADA: DPM EDUCACAO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº: 13.021.017/0001-77, com sede na AV PERNANBUCO, 1001, NAVEGANTES, CEP: 90.240-004, no município de PORTO ALEGRE, Estado do Rio Grande do Sul.

2. DO OBJETO

- 2.1. Inscrição do servidor Ademilson Cândido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA.

3. DO VALOR

- 3.1. O valor total para a prestação do serviço descrito no objeto será de R\$ 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), que corresponde ao valor de 01 inscrição.

4. DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento referente a este objeto será efetuado em parcela única, por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA, até 10 (dez) dias após a emissão da nota fiscal eletrônica ou recibo.

- 4.1.1. A Contratada deverá manter as condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas, condição indispensável para o pagamento.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 18.01.09.272 0059 2.359 Implantar a sede do "Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais 2359.3.3.90.39.48.00 Serviços de seleção e treinamento.

6. DO CONTRATO

- 6.1. Consoante art. 62 da Lei Federal nº 8.666/1993, o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho.

Pato Branco, 06 de fevereiro de 2020.

Ademilson Candido Silva

Diretor Presidente

Patoprev

DESPACHO DA DIRETORIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, RATIFICO o Processo de Contratação nº 08/2020, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, de 06 de fevereiro de 2020, cujo objeto é: Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA. **Empresa:** DPM EDUCACAO LTDA. inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.021.017/0001-77, no **valor** total de R\$ 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Dotação: 2359.3.3.90.39.48.00 Serviços de seleção e treinamento.

Determino a publicação deste termo de ratificação de inexigibilidade de licitação e autorizo a substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho.

Pato Branco, 06 de fevereiro de 2020.

Ademilson Cândido Silva
Diretor Presidente
Patoprev

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
02/2020



DESPACHO DA DIRETORIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 02/2020

Com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, RATIFICO o Processo de Contratação nº 08/2020, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, de 06 de fevereiro de 2020, cujo objeto é: Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA. Empresa: DPM EDUCACAO LTDA. inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.021.017/0001-77, no valor total de R\$ 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Dotação: 2359.3.3.90.39.48.00 Serviços de seleção e treinamento.

Determino a publicação deste termo de ratificação de inexigibilidade de licitação e autorizo a substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho.

Pato Branco, 06 de fevereiro de 2020.

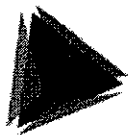
ADEMILSON CÂNDIDO SILVA

Diretor Presidente
Patoprev

Publicado por:
Marcia Girardi Scopel
Código Identificador:AC63C062

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 07/02/2020. Edição 1944

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO I
Ano*	2020
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	2
Modalidade*	Processo Inexigibilidade
Número edital/processo*	2
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM
Dotação Orçamentária*	1801092720059235900033903948
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	622,50
Data Publicação Termo ratificação	07/02/2020
Data de Lançamento do Edital	
Data da Abertura das Propostas	
Há itens exclusivos para EPP/ME? <input type="text"/>	
Há cota de participação para EPP/ME? <input type="text"/> Percentual de participação: 0,00	
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? <input type="text"/>	
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? <input type="text"/>	
Data Cancelamento	

Editar

Excluir

CPF: 6415746901 (Logout)

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

AtoTeca

Pesquisa Sair



Visualizar Ato Administrativo

Base

Base: Ato Administrativo

Versionar

Informações

Emitente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO**Identificador:** 2243636/1**Tipo Documento:** Inexigibilidade**Subentidade:****Número:** 2**Ano:** 2020**Data da Assinatura:** 06/02/2020

Ementa: Com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, RATIFICO o Processo de Contratação nº 08/2020, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 02/2020, de 06 de fevereiro de 2020, cujo objeto é: Inscrição do servidor Ademilson Candido Silva no curso REFORMA DA PREVIDÊNCIA: IMPACTOS DO TEXTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL- RPPS DOS MUNICÍPIOS, a ser realizado presencialmente nos dias 10 de Fevereiro de 2020, na cidade de Porto Alegre - RS, promovido pela DPM EDUCACAO LTDA. Empresa: DPM EDUCACAO LTDA. inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.021.017/0001-77, no valor total de R\$ 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). Dotação: 2359.3.3.90.39.48.00 Serviços de seleção e treinamento.

Assunto: Curso; Previdência;

Dados da Publicação

Data	Título	Número	Páginas	Link
07/2/2020	Diário Oficial dos Municípios do Paraná	AC63C062	00	Ver Publicação

Arquivo(s)

Principal/Anexo	Nome	Baixar
Principal	TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 02.2020.pdf	

Voltar

Usuário Logado: JESSICA RICHARDT DAUM

Emitente Logada: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS
MUNICIPAIS DE PATO BRANCO